

07/03/2016 - 05:00

Pondo fim à guerra síria

Por **Jeffrey Sachs**

A Síria representa atualmente a maior catástrofe humanitária e o mais perigoso cenário geopolítico do mundo. O povo sírio está mergulhado num banho de sangue, com mais de 400 mil mortos e 10 milhões de desalojados de guerra.

Grupos violentos de jihadistas, apoiados por protetores externos, devastam o país sem dó nem piedade e atacam a população. Todas as partes do conflito - o regime do presidente Bashar al-Assad, as forças anti-Assad apoiadas pelos Estados Unidos e seus aliados, e o Estado Islâmico - cometeram, e continuam a cometer, graves crimes de guerra.

É chegada a hora de encontrar uma solução. Mas essa solução tem de se basear num relato transparente e realista do que causou a guerra, para começar.

Os países do Golfo Pérsico, Turquia e Irã deveriam negociar um marco regulador capaz de garantir uma paz duradoura. São eles, e não as potências externas, que devem abrir caminho para a instauração de uma ordem estável na região

A cronologia é a seguinte: em fevereiro de 2011, realizaram-se manifestações pacíficas nas principais cidades da Síria, em meio ao fenômeno batizado de "Primavera Árabe", que abarcou toda a região. O regime de Assad reagiu com um indeciso misto de repressão violenta (disparos contra os manifestantes) e ofertas de implementação de reformas. Em pouco tempo a violência entrou em escalada.

Parece provável que já em março ou abril de 2011, combatentes sunitas antirregime e armas tenham começado a ingressar na Síria vindos de países vizinhos. Muitos relatos de testemunhas falam de jihadistas estrangeiros envolvidos em violentos ataques a policiais.

Os Estados Unidos e seus aliados regionais tentaram desbancar Assad do poder no segundo trimestre de 2011, considerando que ele cairia rapidamente, como Hosni Mubarak do Egito e Zine El Abidine Ben Li, da Tunísia. Observadores afirmam que o Catar financiou uma intensificação das atividades contra o regime dentro do território sírio, e que utilizou a emissora Al-Jazira, sediada em Doha, para impulsionar o sentimento anti-Assad em âmbito mundial.

Os Estados Unidos impuseram um cerco cada vez mais cerrado de sanções comerciais e financeiras ao regime. A Brookings Institution, um termômetro da política oficial dos Estados Unidos, defendeu a derrubada de Assad, e a propaganda anti-Assad entrou em escalada na mídia americana. (Até então, Assad era considerado pela mídia americana um governante relativamente tranquilo, embora autoritário, e a então secretária de Estado Hillary Clinton observou, já em março de 2011, que muitos membros do Congresso americano encaravam Assad como um reformista).

O início da guerra pode ser definido como tendo sido o dia 18 de agosto de 2011, quando o presidente Barack Obama e Hillary declararam que "Assad tem de sair".

Depois de agosto o número de mortos disparou. Afirma-se que os EUA não agiram energicamente nesse momento. Os inimigos políticos de Obama o atacam, geralmente, pela inação, e não pela ação, exagerada. Mas os EUA tomaram medidas para derrubar Assad por meio de aliados, especialmente a Arábia Saudita e a Turquia (embora nenhum desses países tenha precisado de muito estímulo para intervir). A CIA e a Arábia Saudita coordenaram secretamente suas missões.

Naturalmente, a cronologia da guerra não a explica. Para esse fim, temos de examinar as motivações dos principais participantes. Antes de mais nada, a guerra na Síria é uma guerra entre forças títeres, que envolve principalmente os

O interesse americano no fim do regime Assad era precisamente sua dependência do apoio iraniano e russo. A destituição de Assad, acreditavam autoridades de segurança americanas, enfraqueceria o Irã, minaria o Hezbollah e reduziria o domínio geopolítico da Rússia.



Os aliados dos EUA, entre os quais Turquia, Arábia Saudita e Catar, estavam interessados em substituir o regime alauíta de Assad na Síria por um regime de liderança sunita (os alauítas são um ramo do islamismo xiita). Essa medida, acreditavam, também enfraqueceria seu concorrente regional, o Irã, e reduziria a influência xiita no Oriente Médio.

Ao acreditar que Assad seria facilmente destituído, os EUA contavam com a força de sua própria propaganda. O regime enfrentava profunda oposição, mas detinha também considerável apoio interno. E, o que é mais importante, o regime tinha aliados poderosos, notadamente o Irã e a Rússia. Era ingenuidade supor que nenhum dos dois países reagiria.

A opinião pública deveria se inteirar do caráter sujo do embate capitaneado pela CIA. Os EUA e seus aliados inundaram a Síria de jihadistas sunitas, exatamente como tinham feito no Afeganistão, na década de 1980, com jihadistas sunitas (os "mujahidin"), que se tornaram, mais tarde, a Al-Qaeda. Arábia Saudita, Turquia, Catar e EUA apoiaram alguns dos grupos jihadistas mais violentos, num cínico erro de cálculo que pressupunha que esses títeres fariam seu trabalho sujo, e depois seriam jogados para escanteio.

Segundo a mídia tradicional dos EUA e da Europa, a intervenção militar da Rússia na Síria é traiçoeira e expansionista. A verdade é outra. Os EUA não podem, de acordo com a Carta da ONU, organizar uma aliança, financiar mercenários e contrabandear armas pesadas para derrubar o governo de um outro país. A Rússia, nesse caso, está reagindo, e não agindo. Está respondendo a provocações americanas contra seu aliado.

Pôr fim à guerra exige adesão a seis princípios. Primeiro, os EUA deveriam cessar as operações abertas e as secretas destinadas a destituir o governo da Síria. Segundo, o Conselho de Segurança da ONU deveria implementar o cessar-fogo que está sendo negociado agora, conclamando todos os países, inclusive EUA, Rússia, Arábia Saudita, Turquia, Catar e Irã, a deixar de armar e financiar forças militares em território sírio.

Terceiro, todas as atividades paramilitares deveriam cessar, inclusive as dos chamados "moderados" respaldados pelos EUA. Quarto, os EUA e a Rússia - e, sem dúvida, o Conselho de Segurança da ONU - deveriam considerar o governo da Síria estritamente responsável por renunciar a mover ações punitivas contra opositores do regime. Quinto, a transição política deveria se realizar gradualmente e com uma consolidação da confiança de todas as partes, e não por meio de uma corrida arbitrária, desestabilizadora, a "eleições livres".

Finalmente, os países do Golfo Pérsico, a Turquia e o Irã deveriam ser pressionados a negociar frente a frente um marco regulador regional capaz de garantir uma paz duradoura. Árabes, turcos e iranianos convivem há milênios. São eles, e não as potências externas, que devem abrir caminho para a instauração de uma ordem estável na região. **(Tradução de Rachel Warszawski).**

Jeffrey D. Sachs é professor de Desenvolvimento Sustentável, de Política e Gestão de Saúde e diretor do Instituto da Terra da Universidade de Columbia. É também diretor da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Copyright: Project Syndicate, 2016.

www.project-syndicate.org